



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68
2016

COLÓQUIO
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

SINAIS DE UM QUOTIDIANO QUE O TERRAMOTO DE 1755 INTERROMPEU. OS VESTÍGIOS DETECTADOS NO MUSEU DE LISBOA – TEATRO ROMANO

Lídia Fernandes

Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano. (EGEAC SA / CML) / Arqueóloga e Mestre em História de Arte. Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAAP-UC) / lidiafernandes@egeac.pt

Resumo

A intervenção arqueológica realizada no interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano, possibilitou a descoberta de estruturas de Época Romana e de variadíssimas estruturas arqueológicas de distintas épocas.

Na zona subjacente à actual entrada do museu verificou-se a presença de uma habitação dos séculos XVII/XVIII, destruída pelo Terramoto de 1755. Com paredes preservadas numa altura superior a 9 m, foi aproveitada a estrutura do *post scaenium* do teatro para a sua edificação.

A destruição, ocorrida no local com o Terramoto de 1755, permitiu a preservação de vários estratos no piso inferior. O estado de conservação das estruturas arquitectónicas mas, especialmente, a quantidade e diversidade do espólio exumado, salientando-se o aparecimento de cereal carbonizado, permite uma reconstituição do quotidiano.

Palavras-chave: Terramoto, Incêndio, Arqueologia, Teatro romano, Cereais.

Abstract

The archaeological excavation carried out inside the Museum of Lisbon – Roman Theatre, led to the discovery of Roman structures and archaeological structures of different times.

In the area of the museum's current entrance a 17th – 18th century house destroyed by the 1755 earthquake was found. It used the theatre *post scaenium* for its own edification and some of its walls survived until 9 metres height.

The destruction on site, due to the 1755 earthquake, allowed the preservation of various layers in the lower floor. The state of conservation of the architectural structures, especially the amount and diversity of the exhumed material culture, noteworthy the appearance of burnt cereal, allows a reconstruction of the daily life.

Keywords: Earthquake, Fire, Archaeology, Roman theatre, Cereals.

1. INTRODUÇÃO

O achado de contextos relacionados com o Terramoto de 1755 é frequente na cidade de Lisboa. Na verdade, poucas serão as intervenções arqueológicas que não se deparem com os entulhos provocados por este cataclismo ou, ainda mais frequente, com os suscitados pela reconstrução que se seguiu.

Neste âmbito, o achado de contextos deste período na área do teatro romano não seria de surpreender uma vez que, também este local, foi alvo da reconstrução ainda que levada a cabo em épocas mais tardias do que a registada na designada “Baixa Pombalina”. Na verdade, foi na sequência destes trabalhos de reedificação desta parte da cidade que foram encontrados, pela primeira vez, em 1798, os vestígios daquele monumento romano.

Não obstante esta aparente desvalorização que fazemos dos vestígios conservados do Terramoto de 1755, os indícios deste período continuam a ser parcelares e a não oferecer uma linguagem que se gostaria que fosse mais linear e inteligível quer sobre a cidade anterior ao cataclismo quer sobre o quotidiano das suas populações.

É relativamente a estes dois aspectos que os achados revelados pela escavação na área subjacente ao actual Museu de Lisboa – Teatro Romano, nos suscitam tanto interesse e se revestem de importância crucial na compreensão da cidade de Lisboa que se convencionou chamar “pré-pombalina”.

Quer a cultura material evidenciada pela escavação – objectos vários que retratam um quotidiano sempre difícil de captar – quer, especialmente, o estado de conservação das estruturas arqueológicas detectadas, permitem, no seu conjunto, reconstituir um passado que nos é simultaneamente próximo e distante. A extensão destas estruturas, o seu estado de conservação e a preservação de contextos coevos do momento em que o incêndio consequente ao terramoto deflagrou, são alguns dos aspectos que fazem destes contextos um caso único no panorama histórico e arqueológico da cidade de Lisboa. Se aliarmos a estes factores os trabalhos de restauro e conservação, assim como a sua valoriza-

ção – integrados num percurso museológico que pretende valorizar esta longa diacronia das múltiplas cidades sobrepostas – pensamos que obtemos a receita perfeita para eleger estes vestígios como verdadeiramente excepcionais no panorama arqueológico nacional e, especialmente, lisboeta.



Figura 1 – Aspecto actual do interior do Museu de Lisboa – Teatro Romano após a musealização do sítio arqueológico e a acção de restauro e conservação realizada nas ruínas (Fotografia de José Avelar / Museu de Lisboa).

2. O EDIFÍCIO PRÉ-POMBALINO DO MUSEU DO TEATRO ROMANO

A actual recepção do Museu de Lisboa – Teatro Romano, localiza-se num edifício construído nos inícios do século XIX com fachada para a Rua de São Mamede. Esta habitação apresenta duas fachadas, uma com frente para o jardim / pátio que se situa a nascente e outra para a rua.

A escavação realizada na área subjacente a esta casa evidenciou uma enorme potência estratigráfi-

Com efeito, estes terrenos do Conde de Valadares ocupavam uma extensão considerável, estendendo-se numa área sensivelmente trapezoidal com uma orientação nascente/poente. A zona é delimitada a nascente pelo *Beco do Alecrim* que ligava a *Rua Direita de S. Jorge*, que corria a sul (onde hoje se situa a Rua Augusto Rosa) ao antigo *Beco do Bugio com Sahida*, que passava a norte (coincidente com a actual parte nascente da Rua da Saudade). Confinava a poente com as Casas da Basílica, que tinham serventia pelo antigo *Beco do Aljube Com Sahida* – mais ou menos coincidente com o actual Pátio do Aljube – e, a sul, a confrontação destes terrenos era feita com o “Celeiro da Mitra”.

Por diversas vezes tivemos oportunidade de mencionar este edifício designado por Celeiro da Mitra o qual, sabemos-lo hoje, se implantava precisamente onde hoje se situa o edifício sul do Museu de Lisboa – Teatro Romano (Fernandes e Almeida, 2012: 111-122; Fernandes, Almeida e Loureiro, 2015, 19-33; Fernandes, 2015: 54-56). No entanto nunca surge identificado em qualquer documento ou planta da cidade², sendo somente o topónimo referido no *Tombo de Lisboa de 1755* que nos indicia a localização deste edifício.

Num primeiro momento da intervenção foi detectada uma calçada em seixo rolado – com reaproveitamento de elementos pétreos – articulada em patamares que, do canto SW do edifício, se desenvolvia em rampa ascendente, para norte, local onde a estrutura se interrompia devido à construção do actual edifício.

Desconhecemos a cronologia exacta para esta rampa. No entanto, os entulhos subjacentes encontravam-se repletos de elementos arquitectónicos e cerâmicos que poderão ser associados à reconstrução operada, neste local, nos finais do séc. XVIII. Trata-se, a nosso ver, de uma urgente necessidade de tornar viável a comunicação entre os vários edifícios que subsistiram ao Terramoto de 1755,

² Cf., por exemplo, duas plantas que integram a colecção de cartografia do Museu de Lisboa (inv. MC.DES.1084 e MC.DES.4295).

como foi o caso do Celeiro da Mitra e do edifício do Aljube (*Tombo da Cidade de Lisboa*, fl. 6) – edifício situado imediatamente a poente – criando artérias provisórias que possibilitavam a circulação e dando vazão às toneladas de entulho que recobriam toda a área (Fernandes e Almeida, 2012: 119). Curioso referir que, no terceiro quartel do século XVIII, era este local conhecido por “barracas por detrás do Aljube” (Macedo, 1940: 77).

Imediatamente subjacente a esta calçada em rampa foram encontradas várias estruturas arqueológicas todas elas pertencentes a um mesmo horizonte cronológico e, simultaneamente ao mesmo conjunto arquitectónico, isto é, a habitação, destruída pelo Terramoto de 1755 e que adossou, a norte, ao grande muro do *post scaenium* pertencente ao teatro romano e datável da sua época fundacional (inícios do século I d.C.).

Significa esta situação que as estruturas foram intencionalmente destruídas até uma cota que possibilitasse a implantação daquela pequena rua provisória. Na verdade, até a enorme estrutura em *opus caementicium* de suporte da fachada cénica foi objecto de demolição parcial, coincidente com o local por onde a rampa passaria. Esta ideia é confirmada pela informação que obtemos do *Tombo de 1755*, quando refere que “O Aljube e o Celeiro estão distintos e habitados” (fl. 24), o que reitera a informação de que esta habitação do século XVII, localizada imediatamente a norte do Celeiro da Mitra, provavelmente terá ficado de pé, ainda que as estruturas tenham sido derrubadas intencionalmente no decurso da reconstrução posterior desta área da cidade.

Os vestígios exumados referem-se ao interior de uma das divisões internas da casa, tendo-se preservado o rés-do-chão, com o respectivo pavimento, assim como uma porta e duas pequenas janelas que davam para o antigo *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. Por esta pequena artéria tinha-se acesso a uma escada exterior que permitia um acesso directo ao piso habitacional situado a um nível superior. A parte inferior da guarda desta escada, feita em alvenaria e finalizada superiormente em tijolo, foi aliás, derrubada intencionalmente, tendo-

-se encontrado no decurso da escavação vários troços. Possivelmente evidenciando algum dano devido ao Terramoto, estas e outras partes de estruturas foram demolidas e preencheram áreas que viriam a ser enterradas e entulhadas elevando-se assim, artificialmente, a cota de utilização.

A parede norte do interior desta casa corresponde à face sul da estrutura romana, o *post scaenium*. A sua superfície encontra-se integralmente recoberta por rebocos brancos, observando-se igualmente a existência de um pequeno nicho, ao nível do primeiro piso, escavado no próprio muro, que corresponde a um pequeno armário onde seria pendurada louça estando ainda preservados múltiplos pregos que denunciam aquela função. Esta estrutura romana foi, assim, aproveitada e, ao longo dos tempos, modificada, adaptando-se a uma nova funcionalidade do decurso do século XVII e primeira metade do século XVIII.

Esta habitação teria prolongamento para poente. Com efeito, uma outra porta abre-se na parede

desse lado, ainda que não tenha sido realizada a escavação arqueológica dessa área uma vez que aí se implantou o alicerce da parede pós-pombalina.

3. OS NÍVEIS DO TERRAMOTO DE 1755

Podemos afirmar que os entulhos detectados no interior deste espaço até à rua provisória, articulada em degraus, que acima referimos, se podem atribuir à segunda metade do século XVIII, concretamente aos trabalhos de edificação dos novos edifícios da Rua de São Mamede e ao aproveitamento do interior desta antiga casa para a colocação dos inúmeros entulhos que eram recolhidos na área envolvente a este local.

Por seu lado, os sedimentos detectados na parte subjacente àquela rua provisória serão, necessariamente mais antigos e marcam um arranjo provisório desta zona criando, de forma pragmática as condições mínimas de habitabilidade e de circulação neste local.



Figura 3 – Pormenor da área sudoeste da divisão da habitação do séc. XVII, junto à porta de acesso ao antigo *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. As estruturas que se observam correspondem a vários alinhamentos de elementos arquitectónicos que, possivelmente, não teriam outra função que os arrumar de forma mais ordenada.

Observou-se, no entanto, que o entulhamento do rés-do-chão desta habitação foi realizado de forma pensada e com algum grau de preparação. Com efeito, o preenchimento com entulhos não foi totalmente casuístico e aleatório e, possivelmente, num primeiro momento, houve uma clara intencionalidade na escolha dos materiais, na criação de áreas específicas delimitadas por materiais de maior dimensão, talvez com o objectivo de obter espaços compartimentados para alguma função específica que hoje nos escapa.

Esta situação ocorreu na zona sudoeste do rés-do-chão, em frente à porta que aí se localiza e que permite o acesso ao antigo *Beco do Aljube por De trás do Celeiro da Mitra*. A restante área teve um tratamento distinto, tendo sido abandonada precisamente da mesma forma como havia ficado após o incêndio.

De facto, na área nascente, foi detectado um enorme monturo de argamassas, que recobria uma área extensa e que se sobrepunha a níveis que inicialmente nos pareceram ser de madeira carbonizada.



Figura 4 – Zona nascente do interior da divisão da habitação do séc. XVII onde se encontravam os vestígios do cereal carbonizado sobreposto por uma extensa e compacta camada de argamassas de coloração esbranquiçada

Com a limpeza do local verificámos que de facto existiam vestígios de madeira no limite nascente, mas que na área subjacente às argamassas se presenciava o que nos parecia ser palha, ainda com espigas bastante bem preservadas. Assim, procurámos remover toda a argamassa a qual, como se veio a constatar, tinha como que selado o cereal o qual se encontrava totalmente intacto.

De mencionar que as argamassas possuíam no seu interior inúmeras peças cerâmicas que ficaram como que “aprimonadas”. Foi necessário proceder a um desbaste das argamassas de forma a removê-las, na íntegra, e possibilitar a retirada das peças desta camada.



Após esta acção deu-se início ao registo da camada subjacente, como já mencionado, inteiramente composto pelo cereal o qual se veio a verificar que se encontrava depositado não de forma aleatória mas antes de modo cuidado e ordenado.

Com efeito, o cereal encontrava-se disposto em fiadas sobrepostas, sendo que a fiada inferior se dispunha em sentido perpendicular ao que se sobrepunha.

O cereal estava organizado em “medouchos” ou “mornais”, isto é pequenos feixes, que são atados a meio. Geralmente, e como ocorre neste caso, os nós são, também eles, compostos por um conjunto de fibras de cereal enroladas à volta do feixe, finalizando em nó para manter o conjunto unido.

Figura 5 – Pormenor de uma bilha, de cerâmica comum, totalmente embebida nas argamassas que se encontravam por cima dos cereais carbonizados.



Figura 6 – A mesma área representada na figura 4 após a remoção das argamassas, visualizando-se somente o cereal *in situ*, totalmente carbonizado.



Figura 7 – Aspecto do cereal *in situ* no momento em que se encontrava a ser levantado.



Figura 8 – Pormenor de um dos nós, realizado com o próprio cereal, que ataria um dos muitos “medouchos” de cereal que se encontravam depositados no local.

Geralmente estes medouchos são colocados lado a lado, como aqui acontece, ou colocados ao alto, quando o cereal ainda se encontra no campo e é junto, dispendo-os em cone e sendo posteriormente cobertos de modo a ficarem protegidos da chuva.

Inicialmente, esta camada repleta de cereal não parecia ser muito espessa, facto que se veio a verificar ser incorrecto uma vez que, no decurso da escavação e com a entrada de ar por entre os vestígios arqueobotânicos, o espaço entre os mesmos aumentou, revelando tratar-se de uma enorme quantidade de cereal que aí se encontrava armazenada.

Quando se finalizou a escavação destes vestígios detectou-se, imediatamente por baixo, o substrato geológico composto por margas compactas de coloração esverdeada.

O pavimento deste local contrasta, aliás, com o da restante área, onde se registou a existência de uma calçada em seixo rolado. Este facto significa que existiam duas áreas distintas ao nível do chão o que veio igualmente a ser testemunhado por uma

análise mais circunstanciada dos paramentos parietais. As paredes, com um acabamento em reboco muito grosseiro, conservavam grandes áreas com estuque branco ainda que, nas áreas inferiores bastante queimadas, se presenciavam notórios vestígios do incêndio que aí terá ocorrido.

O facto de se ter conservado um negativo de escada na parede sul desta divisão, e a articulação do respectivo lançamento, levou a considerar a original presença de um mezanino que abrangeria esta zona nascente, o que foi confirmado pelas concavidades dos barrotos para a colocação do soalho que ainda hoje se conservam na respectiva parede.

Deste modo, podemos afirmar que o rés-do-chão desta habitação era igualmente ocupado por um piso intermédio que abrangia a parte nascente do espaço³ e ao qual se acedia por uma escada,

³ Sensivelmente coincidente com a actual zona de *deck* que foi colocado neste espaço de forma a permitir a ligação entre o interior do museu e as ruínas no seu interior, mas situadas a norte.



Figura 9 – Aspecto geral do interior da interior da divisão da habitação do séc. XVII. Perspectiva de sudeste para nordeste, observando-se o pavimento em seixo rolado, as paredes e, a sul, a porta e a pequena janela com frente para o antigo *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*.

encostada à parede sul, onde também se abria a porta de acesso ao pequeno *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. Trata-se, afinal, de um pragmático aproveitamento do pé direito acentuadamente alto que teria esta habitação, como tantas outras à época.

Igualmente tivemos oportunidade de verificar esta situação numa outra casa, de igual período e também destruída pelo Terramoto de 1755 (ou pela reconstrução depois efectuada) situada onde hoje é o Largo da Sé (Fernandes, Almeida, Loureiro, 2015: 19-33; Fernandes, 2015: 54-56). Também aqui, o enorme pé direito evidenciado no rés-do-chão levou à realização de uma escada, encostada

a uma parede e que possibilitava o acesso a um piso intermédio que se desenvolvia para poente⁴.

A função do piso inferior da habitação detectada na área inferior à actual recepção do Museu de Lisboa – Teatro Romano poderá ser relacionada, eventualmente, com um pequeno estábulo, destinado a animais de pequeno porte, talvez gado ovino e caprino, ao qual se poderiam destinar os fardos de palha aqui identificados.

⁴ Estes vestígios são hoje visíveis no local, encontrando-se integrados no projecto de arquitectura dos sanitários públicos e estando disponibilizada informação sobre estes vestígios arqueológicos.

Esta funcionalidade é corroborada pelos dados obtidos pelo estudo dos vestígios arqueobotânicos que foram levados a cabo por João Tereso⁵. Com efeito, a análise destes vestígios permitiu concluir que se trata de centeio e cevada – numa percentagem elevada do primeiro cereal – e que os grãos destes espécimes não se encontram totalmente amadurecidos o que significa que foram colhidos não totalmente maduros, facto que leva a considerar que se tratará, efectivamente, de alimento para animais e não destinado ao homem.

Temos assim, um nível inferior usado para o resguardo de pequenos animais e também para guardar a palha destinada à sua alimentação. Mas esta não seria a única função. O facto de terem sido encontrados aros feitos com liga metálica de cobre, provavelmente destinados a toneis, confirma que este espaço também se destinava ao armazenamento de vinho. Foram igualmente exumados arreios e múltiplas fivelas de metal, algumas decoradas, as quais provavelmente serviriam para prender correias de couro, ainda que outras possam ter pertencido a ornamento de vestuário.

Inúmeros objectos em metal foram recolhidos os quais, provavelmente, deveriam provir dos andares superiores da casa, como o exemplo de vários dedais, um deles com decoração incisa, alfinetes, tesouras, espelhos de fechaduras, uma chave em bronze de um baú ou de armário, um pingente de puxador de gaveta que terá pertencido a um “móvel de conter”, um encaixe de pega de cobre dourado, tendo talvez pertencido a um puxador de cofre, uma cantoneira decorativa de contador... Um sem número de peças que ilustram o quotidiano dos seus habitantes e fornecem algumas indi-

⁵ Investigador do InBIO – Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, Laboratório Associado CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade do Porto. Agradecemos vivamente os esclarecimentos fornecidos por João Tereso e as informações prestadas, parte das quais foram apresentadas publicamente na palestra que teve lugar no Museu de Lisboa – Teatro Romano no dia 17 de Fevereiro de 2016 tendo por título “Palha para os animais: vestígios paleobotânicos do Terramoto de 1755 recuperados no teatro romano de Lisboa”.

cações quanto ao mobiliário aí existente. A análise deste espólio permite concluir que, naturalmente, foram as pequenas peças de metal, mais pesadas, que resistiram ao incêndio e que permaneceram no piso inferior. O mobiliário a que terão pertencido, sendo de madeira, ficou integralmente destruído, o mesmo tendo ocorrido com os soalhos de madeira, os quais também arderam. Estes pequenos objectos serão, assim, provenientes do piso, ou pisos superiores, onde se localizaria o nível habitacional.

Os aros das pipas, arreios e peças de cerâmica encontravam-se totalmente embebidos na espessa camada de argamassas. As cerâmicas de uso comum correspondiam especialmente a contentores de líquidos: bilhas de água e de vinho e púcaros para beber que, muito provavelmente, seriam guardados no rés-do-chão.

Foram recolhidas várias peças de faiança, onde se destacam pratos, na maioria de produção lisboeta, mas em reduzido número em comparação com as peças de cerâmica comum. De sublinhar o facto de, nos fragmentos de faiança, o respectivo vidrado se encontrar totalmente alterado, tendo adquirido uma cor preta devido às alterações provocadas pelas altas temperaturas que o incêndio produziu.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que se apresenta procura contribuir com mais uma pequenina peça de um enorme *puzzle* que é a reconstituição da história da cidade de Lisboa nesta pequena área onde, nos inícios do século I d.C., foi edificado o teatro romano da antiga *Felicitas Iulia Olisipo*.

Apesar deste monumento romano ser o elo de ligação numa história de longa diacronia que o ultrapassa temporalmente, é interessante verificar as marcas que a edificação romana produziu na cidade posterior e de que modo, ainda hoje, elas são passíveis de ser identificadas.

Este facto é verificável na própria implantação dos edifícios construídos no local. Vários outros exemplos poderiam ser apontados para a área correspondente ao interior do teatro, no entanto,

cingimo-nos ao local que agora analisamos, isto é, a parte sul do mesmo, onde hoje se implanta o Museu de Lisboa – Teatro Romano.

Como afirmámos, a habitação do século XVII aqui detectada aproveitou a enorme estrutura do *post scaenium* como limite norte. Isto significa que a habitação se desenvolveria para sul tendo fachada para aquele pequeno beco que verificámos tratar-se do *Beco do Aljube por Detrás do Celeiro da Mitra*. Esta pequena artéria teria continuidade no antigo *Beco do Aljube Com Saída* o qual, como tivemos oportunidade de confirmar na intervenção arqueo-

lógica aí levada a cabo em 2009⁶, não se sobrepõe ao actual Pátio do Aljube mas antes se localizaria, muito possivelmente, um pouco mais a norte onde hoje se implantam os edifícios pós-pombalinos desse lado do pátio (Fernandes *et alii* 2013: 167-185). Ainda que tenha sido pela ausência de dados, esta intervenção arqueológica permitiu concluir que mesmo neste caso não existe coincidência entre estas duas artérias, apesar de, por exemplo, na planta Vieira da Silva, o autor não indicar qualquer via actual que se sobreponha ao antigo *Beco do Aljube Com Saída* apesar de o actual Pátio do Aljube existir.

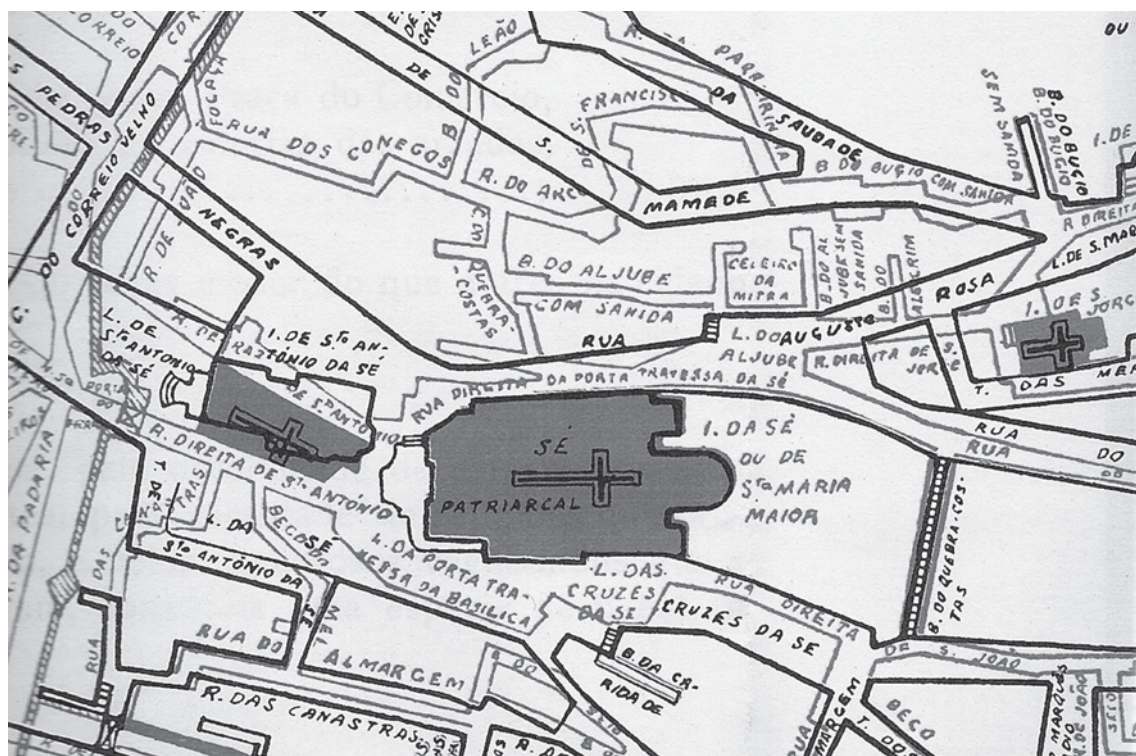


Figura 10 – Fragmento da Estampa III apresentada por Vieira da Silva (SILVA, 1987): “Fragmento da planta topográfica de Lisboa que compreende a parte abrangida pela Cêrca Moura”.

Estas conclusões, suportadas pela arqueologia, permitem o redesenho da cidade pré-pombalina e um melhor entendimento das relações urbanísticas, sociais e económicas subjacentes.

A habitação que encostou à estrutura romana

⁶ Com efeito, a escavação que aí realizámos não logrou encontrar qualquer vestígio desta antiga artéria.

teria dois ou três pisos, ainda que apenas tenham sido identificados os dois inferiores. No entanto, o arranque de abóbadas na parte superior dos muros, realizado por pedras de bom e homogéneo calcário que evidenciam o arranque de uma estrutura distinta, permitem inferir que, muito provavelmente, o último piso seria abobadado. Este facto depara-se estranho pois estamos habituados a pensar em te-

lhados de madeira, alguns em forma de “tesouro”, com uma inclinação acentuada, mas raramente em coberturas abobadadas.

Estes dados que evidenciam a qualidade da propriedade em causa, adequam-se igualmente, à qualidade do espólio exumado. Sublinha-se, quanto a este aspecto, o espólio azulejar recolhido, com inúmeros espécimes de tradição hispano-árabe e, sobretudo, de exemplares enxaquetados (de cor branca, azul e verde), atribuíveis aos finais do século XVI / inícios do século XVII. Silhares azulejares que seriam usados nas paredes dos pisos superiores e que indicam uma certa riqueza dos proprietários da casa. Também os pequenos objectos de metal que acima mencionámos afiançam a presença de mobiliário de alguma qualidade, assinalando-se algumas peças importadas bem como a diversidade da sua tipologia funcional: arcas e armários, um contador “de torcidos e tremidos”, um contador de mesa, um escritório ou “gaveta-escritório” indo-português, cadeiras de couro lavrado e, possivelmente, também um cofre Indo-Português. Todas estas peças de mobiliário, que se deduzem pelas aplicações e adereços de metal encontrados, apontam, na sua grande maioria, para modelos franceses do século XVII.

Mas a manutenção da grande edificação romana permanece até hoje e teve enorme impacto aquando da reconstrução desta parte da cidade em época pós-pombalina. Com efeito, a Rua de São Mamede tem a sua actual fisionomia porque se adaptou à construção romana que aí permanecia. A fachada da casa, e do pátio anexo, por onde se acede ao interior do museu, está assente, precisamente, na estrutura do *post scaenium* tendo-a aproveitado como alicerce. Terá sido a permanência desta enorme construção que terá levado a que a casa destruída pelo incêndio de 1755 se desenvolvesse para sul tendo o pequeno *Beco do Aljube por detrás do Celeiro da Mitra* sido aberto, exclusivamente, para serventia desta casa.

Mas quando falamos de destruição causada pelo Terramoto de 1755 teremos de questionar a que nos referimos. Com efeito, não detectámos quaisquer

vestígios causados pelo cataclismo, em *strictus sensus*, antes claras destruições causadas pelo incêndio consequente. De facto, pelos vestígios mencionados – cereais totalmente carbonizados, peças cerâmicas deformadas, fragmentos de porcelana derretidos, vidrados que passam de branco a preto ... – podemos afirmar que o incêndio que se fez sentir no rés-do-chão desta habitação foi particularmente intenso. De igual modo, as pedras calcárias – em biocalcarenito ou calcário fossilífero – do muro romano evidenciam uma cor encarniçada, ao contrário da sua habitual cor bege amarelada, indicando terem sofrido altas temperaturas.

No entanto, não foram encontrados quaisquer corpos, ou esqueletos de animais, no interior da habitação e os vestígios de incêndio deixados no rebocho das paredes apenas se verificam no piso inferior.

Estes dados levam a questionar a destruição aqui ocorrida. Com efeito, parece que, de algum modo, o fogo que aqui deflagrou foi controlado. Se nos recordarmos da informação contida no *Tombo de 1755* quando menciona que o Celeiro da Mitra e o Aljube terão ficado de pé e habitados levamos-nos a perguntar se o mesmo não terá acontecido a este edifício construído imediatamente a norte. O incêndio que, de facto, se verificou, poderá ter sido controlado, de algum modo, uma vez que não deixou vestígios na parte superior das paredes indicando que apenas o piso inferior terá sido afectado e podendo ter sido controlado a partir daí.

Esta constatação leva, assim, a ponderar o facto de esta construção ter sido robusta ao ponto de não ter sido afectada pelo cataclismo, o mesmo tendo acontecido aos grandes edifícios que existiam em seu redor. Esta interpretação adequa-se, igualmente, à relativa qualidade do espólio exumado e, de igual modo, às características construtivas, especialmente se tivermos em atenção, como referido, que o piso superior seria abobadado.

O que podemos concluir da intervenção arqueológica realizada ao longo dos quase 9 metros de sedimentos que preenchem o interior da habitação do século XVII é que foi a reconstrução que determinou a sua total destruição.

Com efeito, assistimos, no decurso da escavação, ao desenrolar das várias etapas de reconstrução desta zona citadina. A criação de uma rua provisória, a presença de inúmeros silhares, deitados aleatoriamente no espaço interno da habitação, a existência de enormes camadas de terra, repletas de entulhos, deitadas de norte para sul, permitem, inclusivamente, saber de que modo se processou o entulhamento artificial deste espaço. O grande muro do *post scaenium* foi parcialmente desmontado até à cota que possibilitava a sua reutilização como alicerce das novas fachadas erguidas nos inícios do século XIX. Não podemos deixar de sublinhar o facto de a Rua de São Mamede ser plana neste local, onde, simultaneamente, coincide com a parte mais elevada da rua. Este constrangimento foi condicionado precisamente pelo grande muro de suporte do teatro.

Os restantes muros de contenção do edifício cénico permanecem no interior do museu, como que fossilizados, uma vez que foram sempre reaproveitados ao longo das várias reconstruções que este edifício sofreu, tendo sido bem mais fácil o seu reaproveitamento do que a sua eventual demolição (Fernandes, Sepúlveda e Antunes, 2012: 44-55; Fernandes, 2013: 765-773).

As estruturas derrubadas, como a guarda da escada que, pelo exterior, permita o acesso ao piso habitacional foram, em nossa opinião, demolidas intencionalmente, quer por uma questão de segurança quer para que o entulhamento fosse mais compacto, de modo a não propiciar a presença de ocios que poderiam fragilizar o que, superiormente, fosse construído.

Se observarmos o traçado viário desta zona da cidade e o compararmos como era em época anterior ao Terramoto, concordaremos que a implementação do novo plano urbanístico alterou totalmente a sua fisionomia. A Rua de São Mamede, aberta de novo, implantou-se numa área onde anteriormente não existia qualquer rua. A Rua da Saudade, por seu lado, manteve sensivelmente o mesmo traçado, tendo parcialmente coincidindo com a antiga *Rua do Bugio Com Saída*.

Será a nova Rua de São Mamede e os edifícios que a rodeiam, a sul e a norte, os responsáveis pelas principais alterações urbanísticas e são elas que irão obrigar a um derrube das antigas edificações e ao aproveitamento das ruínas do teatro que, no decurso das obras de reconstrução, surgiam por entre os escombros, o que aconteceu logo em 1798.

Neste caso concreto, podemos afirmar que a reconstrução implementada após o Terramoto de 1755 terá sido consideravelmente mais “agressiva” que o próprio cataclismo.

AGRADECIMENTOS

Muito do que se apresenta neste trabalho só foi possível pelos contributos de vários colegas: Carlos Loureiro e Rita Fragoso de Almeida, autores da planta de reconstituição da área do teatro anterior ao Terramoto de 1755. Um especial agradecimento a João Tereso que se tem debruçado sobre os espécimes arqueobotânicos mencionados.

BIBLIOGRAFIA

CASTILHO, Júlio de (1954) – *Lisboa Antiga – O Bairro Alto*, vol. 1 (3.ª ed.). Lisboa. *Cópia do Tombo da Cidade de Lisboa em 1755, que está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, feita sobre uma cópia do mesmo tombo, da letra de José Valentim de Freitas; que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894*, Museu de Lisboa (policopiado).

FERNANDES, Lúcia (2007) – “Teatro romano de Lisboa – os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica”. *Al-Madan*, 15. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 27-39.

FERNANDES, Lúcia (2013) – “Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano” in Arnaud, J. M.; Martins, A.; Neves, C. (coord.) *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, pp. 765-773.

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de (2012) – “Um Celeiro da Mitra no Teatro Romano de Lisboa: inércias e mutações de um espaço do séc. XVI à actualidade” in Teixeira, A.; Bettencourt, A. (coord.) *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, 1 (ArqueoArte 1). Lisboa: Centro de História de Além-Mar FCSH/UNL e UAcóres, pp. 111-122.

FERNANDES, Lúcia; ALMEIDA, Rita Fragoso de; LOUREIRO, Carlos (2015) – “Entre o Teatro Romano e a Sé de Lisboa: evo-

lução urbanística e marcos arquitectónicos da antiguidade à reconstrução pombalina”. *Revista de História de Arte*, Lisboa: Instituto de História da Arte FCSH/UNL, pp. 19-33.

FERNANDES, Lúcia; PIMENTA, João; CALADO, Marco; FILIPE, Victor (2013) – “Ocupação sidérica na área envolvente do Teatro Romano de Lisboa: O Pátio do Aljube”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 15. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, pp. 167-185.

FERNANDES, Lúcia; SEPÚLVEDA, Eurico; ANTUNES, Márcio (2012) – “Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo”. *Al-Madan*, 17. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, pp. 44-55.

FERNANDES, Lúcia (2015) – “Habitar em Lisboa nos séculos XV e XVI: modos de vida e de construir. O exemplo dos vestígios habitacionais na área de intervenção arqueológica do teatro romano” in TEIXEIRA, A.; VILLADA PAREDES, F.; SILVA, R. B. (coord) *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades / história de duas cidades*. Ceuta/Lisboa: Cidade Autónoma de Ceuta / Câmara Municipal de Lisboa/FCSH-Universidade Nova de Lisboa, pp. 54-56.

LEAL, Pinho (1874) – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV. Lisboa: Ed. Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

LUIS, João (1665) – [Registo do cordeamento]. Acessível no *Livro de Cordeamentos 1614/1699*, Arquivo Histórico Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, cota: BL-2.A.058.05.35 (28 Janeiro).

MACEDO, Luís Pastor de (1940) – *Lisboa de Lés-a-Lés*, vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Plan de la Ville de Lisbonne en 1650, existant aux Archives Municipales [Material Cartográfico]. Desenho aguarelado. Museu da Cidade. 1850. Nº Inv.: MC.DES.1084.

Planta da Baixa de Lisboa antes do terramoto, na zona das actuais freguesias da Sé, S. Tiago, S. Miguel, Castelo e S. Cristóvão e S. Lourenço [Material Cartográfico]. Desenho a tinta-da-china sobre tela. Museu da Cidade. Nº Inv.: MC.DES.4295

SILVA, A. Vieira da (1987) – *A Cerca Moura de Lisboa* (3.ª ed.). Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

